



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



Habeas Corpus nº 0205410-0

Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal

Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda

Impetrante: Bel. Fernando Antônio Bezerra de Mello, OAB/PE 9.880

Paciente: Maria Adriana da Silva

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça: Dra. Janeide Oliveira de Lima

EMENTA: CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL PENAL E PENAL - HABEAS CORPUS - CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS - ARTIGO 33, CAPUT, C/C ARTIGOS 35, CAPUT e 40, INCISO IV, TODOS DA LEI Nº 11.343/2006 - EXCESSO DE PRAZO PARA TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO PENAL - IMPROCEDÊNCIA - DENÚNCIA ATENDEU AO SEU PROPÓSITO, EXPONDO O FATO CRIMINOSO, QUALIFICANDO O ACUSADO, EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 41, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - O TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL, CONSTITUI MEDIDA DE CARÁTER EXCEPCIONAL, SÓ MOSTRANDO-SE CABÍVEL EM HABEAS CORPUS QUANDO SE COMPROVE, DE MODO INEQUÍVOCO, A ATIPICIDADE DA CONDUTA, A INCIDÊNCIA DE CAUSA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE OU A AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA OU DE PROVA DA MATERIALIDADE DO DELITO, CIRCUNSTÂNCIAS, ESTAS, NÃO DEMONSTRADAS NO CASO EM ANÁLISE - JUSTIFICADA A EVENTUAL DILAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM HIPÓTESE DE FEITO COMPLEXO - ELEVADO NÚMERO DE DENUNCIADOS, TESTEMUNHAS E CARTAS PRECATÓRIAS - RIGORES TEMPORAIS ESTABELECIDOS EM LEI DEVEM SER MITIGADOS EM FACE DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ORDEM DENEGADA - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0205410-0, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em DENEGAR a presente ordem, tudo consoante consta do relatório e voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator

RMCCO (HC 0205410-0)

Fórum Thomaz de Aquino, Av. Martins de Barros, 583 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP: 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



Habeas Corpus nº 0205410-0

205

Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal

Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda

Impetrante: Bel. Fernando Antônio Bezerra de Mello, OAB/PE 9.880

Paciente: Maria Adriana da Silva

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça: Dra. Janeide Oliveira de Lima

RELATÓRIO

Trata-se de *HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR* impetrado pelo Bel. Fernando Antônio Bezerra de Mello, OAB/PE 9.880, em favor de MARIA ADRIANA DA SILVA, que se encontra recolhida à Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda.

Consta dos autos que a paciente encontra-se custodiada desde o dia 26 de agosto de 2009, por força de prisão preventiva decretada nos autos do processo-crime nº 226.2009.006179-0, senda denunciada nas sanções do artigo 33, caput, c/c artigos 35, caput e 40, inciso IV, todos da Lei nº 11.343/2006 (Crime de Tráfico de Drogas e Associação ao Tráfico de Drogas).

Argumentou o impetrante que a custódia provisória perdura há mais de 04 (quatro) meses sem que tenha havido o término da instrução criminal, acrescendo, ainda, a ilegalidade da prisão por inexistir prova do cometimento do crime em flagrante.

Pugnou, destarte, pelo relaxamento da prisão tendo em vista a ausência da justa causa para o indiciamento e propositura da ação penal.

A inicial veio acompanhada de documentos, às fls. 06/229.

Indeferido o pedido de liminar às fls. 236/237.

Informações prestadas às fls. 243/244, ratificando o magistrado os termos da denúncia de fls. 08/10 e acrescendo que o feito criminal encontra-se na em plena instrução processual.

RMCCO (HC 0205410-0)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP: 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

256



A eminente Procuradora de Justiça, Dra. Janeide Oliveira de Lima, ofereceu parecer às fls. 254/256, **opinando pela denegação** da ordem.

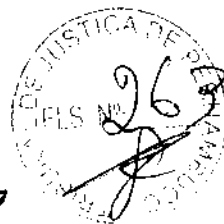
É o relatório.

Recife, 26 de janeiro de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



207

Habeas Corpus nº 0205410-0

Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal

Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda

Impetrante: Bel. Fernando Antônio Bezerra de Mello, OAB/PE 9.880

Paciente: Maria Adriana da Silva

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça: Dra. Janeide Oliveira de Lima

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores.

Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Antes de adentrar no mérito do presente writ ressalto o entendimento doutrinário no sentido de verificar *ausência de justa causa para a ação penal* somente quando, de pronto e **sem necessidade de apreciação valorativa do conjunto fático ou probatório**, restar evidenciada a atipicidade do fato, a ausência de indícios que fundamentam a acusação ou, ainda, a constatação de causas que venham a extinguir a punibilidade.

Pois bem.

A denúncia de fls. 08/10 atendeu ao seu propósito, expondo os fatos criminosos com todas as suas circunstâncias, qualificando os 05 (cinco) acusados e classificando os crimes que lhes foram imputados, em perfeita harmonia com o artigo 41, do Código de Processo Penal, o que afasta qualquer possibilidade de ausência de justa causa para o ajuizamento da ação penal.

É importante ressaltar, ainda, não ser cabível nesta estreita via de *habeas corpus* a apreciação de pontos que necessitem de amparo no corpo probatório, sendo tal tarefa mais conveniente durante a instrução criminal, assim entendido de forma reiterada pelo Superior Tribunal de Justiça:

STJ: "(...) 1. A impetração não merece conhecimento no tocante à inépcia da denúncia, por ser mera reiteração de pedido já examinado por esta corte em anterior writ. 2. Reconhecer a ausência de justa causa diante da atipicidade da conduta das Pacientes demanda, necessariamente, dilação probatória para avaliação dos fatos, o que é inviável na via estreita do hábeas corpus. 3. Quando a alegação de inocência

RMCCO (HC 0205410-0)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016121 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



apresentada é contraposta por elementos indiciários apresentados pela acusação, o confronto de versões para o mesmo fato deve ser solucionado por meio da instrução criminal, garantidos o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. 4. Habeas corpus parcialmente conhecido e denegado" (HC 98129 / RJ, 2008/0001405-0, Ministra LAURITA VAZ (1120), T5, Data do Julgamento: 10/06/2008, DJ 30.06.2008 p. 1)

Realmente o inquérito policial foi devolvido à Delegacia de origem para *melhor averiguar a atuação do bando armado mencionado na peça inquisitorial e individualizar a atuação de todos os seus integrantes, em especial a participação da paciente MARIA ADRIANADA SILVA*, conforme documentação acostada às fls. 210/212, 221/222 e 229.

Contudo, contrariando a linha de raciocínio firmada pelo impetrante (fls. 02/05), não vislumbro a alegada **ausência de justa causa** para a propositura da ação penal, uma vez que, como anotado alhures, a peça acusatória de fls. 08/10 obedeceu às normas dispostas no artigo 41, do Código de Processo Penal, acrescendo o fato de ser inconveniente em sede de habeas de corpus apreciar pontos que reclamam acurada análise do corpo probatório, sendo prudente tal atividade ser executada durante a instrução criminal.

Já quanto ao **excesso de prazo** argüido na inicial entendo ser improcedente, haja vista o fato de o feito criminal demonstrar considerável complexidade em virtude da quantidade de acusados e da necessidade de constantes diligências e expedientes, como oitiva de elevado número de testemunhas, assim como o aguardo na apresentação da defesa preliminar pelo defensor nomeado nos termos do artigo 55, § 3º, da Lei nº 11.343/2006, assim constatado na ficha de movimentação processual extraída do Sistema de Consulta do Judwin em anexo.

Trago à baila o entendimento do Superior Tribunal de Justiça em caso similar:

STF: "HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. JUSTA CAUSA. ALEGADA AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. VIA INADEQUADA. INEXISTÊNCIA DE COAÇÃO ILEGAL A SER SANADA NA OPORTUNIDADE. 1. O exame da inexistência de prova da materialidade e da negativa de autoria demanda aprofundada discussão probatória, enquanto que para o trancamento da ação penal é necessário que exsurja, à primeira vista, sem exigência de dilação do contexto de provas, a ausência de justa causa para a sua deflagração e/ou continuidade. 2. Em sede de



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

209



habeas corpus, somente deve ser obstado o feito se restar, de forma indubitável, a ocorrência de circunstância extintiva da punibilidade, de ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito e ainda da atipicidade da conduta. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DOS FUNDAMENTOS. PACIENTE ACUSADO DE INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA VOLTADA PARA O COMÉRCIO ILÍCITO DE DROGAS. DECRETO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. GRAVIDADE CONCRETA. REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DA PRISÃO CAUTELAR EVIDENCIADA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. 1. Presentes fortes indícios de que o paciente fazia parte de bem montada e complexa organização criminosa voltada para a prática de tráfico interestadual de entorpecentes, na qual exerceria o papel de transportador da droga, alimentando a mercancia ilícita, não se mostra desfundamentado o decreto de prisão cautelar, sustentado no resguardo da ordem pública, pois há sérios riscos das atividades ilícitas serem retomadas com sua soltura (Precedentes). EXCESSO DE PRAZO. RAZOABILIDADE. PLURALIDADE DE DENUNCIADOS. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO ESTADO-JUIZ. CONSTRANGIMENTO NÃO EVIDENCIADO. 1. Não se vislumbra constrangimento decorrente do tempo necessário à prática dos atos processuais, dada a complexidade da ação penal, que contava com diversos denunciados, tendo sido desmembrada quanto ao paciente, e no curso da qual se mostrou necessária a depreciação da realização dos atos instrutórios, encontrando-se o réu custodiado em distinto Estado da Federação, não havendo desídia do magistrado que, apesar das vicissitudes, busca imprimir regular andamento ao feito. 2. Ordem denegada" (HC 114696 / ES 2008/0193997-0, Ministro JORGE MUSSI (1138), T-5, Data do Julgamento: 20/10/2009, Data da Publicação/Fonte: DJe 30/11/2009)

Assim sendo, acolho o parecer ministerial de segundo grau e VOTO PELA DENEGAÇÃO da ordem.

É como voto.

Recife, 26 de *dezembro* de 2010.

Romero de Oliveira Andrade
Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator

RMCCO (HC 0205410-0)

Fórum Thomaz de Aquino Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP: 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99728784
E-mail: roan@tjpe.jus.br